

BANCO CENTRAL

Segundo teste para Galípolo

Indicado por Lula para suceder Roberto Campos Neto no comando do BC, diretor de Política Monetária passará por sabatina com senadores na CAE e, se aprovado, terá o nome submetido ao plenário da Casa

» RAFAELA GONÇALVES

Mateus Bonomi/ESTADÃO CONTEÚDO



Gabriel Galípolo, ao lado do ministro Fernando Haddad, em agosto, quando foi escolhido por Lula para presidir o BC a partir de 2025

O Senado Federal avalia, hoje, o nome do diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para assumir a presidência da autarquia a partir de 2025. Essa será a primeira troca de comando do BC na era da autonomia operacional da instituição, decretada em 2021. Os parlamentares farão questionamentos ao economista sobre assuntos pertinentes a sua possível gestão à frente da autarquia.

A partir das 10 horas, Galípolo será sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. No fim da tarde, a indicação deverá ser votada pelo plenário da Casa. Essa será a segunda passagem do economista pelo crivo dos senadores. Em julho de 2023, ele foi sabatinado para assumir o cargo de diretor do BC.

Na tarde de ontem, Galípolo reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio da Alvorada, residência oficial do Executivo. O encontro não foi informado na agenda oficial.

A expectativa é de que o interrogatório seja tão tranquilo quanto o primeiro. O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem aos jornalistas que a aprovação de Galípolo é dada como certa por integrantes da Fazenda.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não tem poupadlo elogios ao indicado de Lula para comandar o BC. “Quero destacar o nosso reconhecimento sobre a boa qualidade do indicado, o qual conviveu conosco aqui, inclusive em discussões relevantes como a da reforma tributária. E, naturalmente, nesse tempo, terá o Gabriel Galípolo a oportunidade de estar com todos os senadores e senadoras para apresentar o seu pensamento sobre a política monetária, os seus pensamentos para o Banco Central do Brasil”, disse, na última sessão presencial do Senado, antes das eleições municipais.

Se tiver seu nome aprovado pelos senadores, o economista substituirá Roberto Campos Neto, que está no comando do BC desde 28 de fevereiro de 2019. Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o titular colecionou críticas do governo Lula, principalmente pelo alto patamar da taxa



Dada a polarização política atual, é possível que a sabatina seja mais rigorosa do que o usual, mas, ainda assim, Galípolo deve ser confirmado e assumirá a presidência do Banco Central

Fábio Andrade, economista e cientista político da ESPM

básica de juros (Selic), atualmente em 10,75% ao ano.

A autonomia da autarquia, perspectivas sobre a política econômica, condução dos juros e o regime de metas de inflação são alguns dos temas que devem ser alvos de questionamentos pelos parlamentares. Segundo Fábio Andrade, economista e cientista político da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), historicamente essas sabinas raramente resultam em rejeições. “No entanto, dada a polarização política atual, é possível que a sabatina seja mais rigorosa do que o usual, mas, ainda assim, Galípolo deve ser confirmado e

assumirá a presidência do Banco Central”, avaliou.

Nos últimos meses, o diretor de Política Monetária deu uma série de declarações públicas “preparando o terreno” para um ambiente de maior confiança por parte do mercado nas decisões e na independência da autarquia, conforme destacou Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos. “Se o mercado confiar que as decisões do Banco Central são tomadas com base em critérios técnicos e objetivos econômicos e não políticos, vai ser ainda mais fácil para o presidente governar depois, com menos interferência, com menos ruído e menos atritos”, afirmou.

Para ser aprovado na CAE, são necessários os votos da maioria dos integrantes da comissão. Depois, a indicação deve ser analisada pelo plenário da Casa, votação que está prevista para ocorrer na sequência da sabatina na comissão. Para aprovação também será necessário maioria simples, com 41 votos favoráveis dos 81 senadores.

Iniciativa privada

Gabriel Muricca Galípolo, 42 anos, é formado em Ciências Econômicas e mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Economia Política na mesma instituição. Chegou a atuar como professor em cursos de graduação, entre 2006 e 2012, na mesma universidade. Também deu aulas no curso MBA de PPPs (Parcerias Público-Privadas) e Concessões da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP).

A carreira na área pública começou em 2007, quando ocupou a Assessoria Econômica da

Secretaria de Transportes Metropolitanos, na gestão do então prefeito José Serra (PSDB). Em 2008, foi diretor da Unidade de Estruturação de Projetos da Secretaria de Economia e Planejamento do estado de São Paulo.

Entre 2017 e 2021, voltou à iniciativa privada para assumir a presidência do Banco Fator, focado em parcerias público-privadas e programas de privatização. Foi ainda pesquisador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em 2022, e atuou também como conselheiro na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entre 2022 e 2023. Antes de integrar a equipe de Política Econômica do BC, Galípolo ocupava o cargo de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, no início da gestão de Haddad.

A sabatina será transmitida pela Agência Senado, pela televisão, e pelo canal oficial da Casa no YouTube. Os cidadãos que desejem sugerir perguntas podem entrar em contato pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e-Cidadania. As perguntas poderão ser lidas por senadores e debatedores do tema ao vivo.

PLANOS DE SAÚDE

ANS propõe “combo de medidas” de reajustes

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) realizou, ontem, audiência pública para debater o projeto de reformulação da política de preços e um pacote de medidas para reajustes dos planos de saúde. O encontro contou com a presença de diversas entidades, associações de saúde e da sociedade civil, que criticaram a falta de organização da ANS em montar uma reunião com mais antecedência que pudesse abordar todos os temas propostos. Para muitos dos participantes, a ANS não convocou a reunião com o tempo necessário para que as entidades pudessem tratar das diversas medidas propostas com “calma e seriedade”.

Na reunião, foram debatidas medidas para os planos coletivos, individuais e familiares. A proposta da ANS prevê um “combo de medidas”, de acordo com o diretor de Normas e Habilitação de Produtos da agência, Alexandre Fioranelli, como a mudança de que os planos de saúde individuais e familiares possam ter reajustes “excepcionais”. Segundo a ANS, o reajuste “excepcional” ocorrerá quando a operadora dos planos de saúde estivesse em crise financeira.

Uma das principais críticas às medidas foi a possibilidade de as operadoras aplicarem aumentos acima do limite estabelecido pela agência, em caso de dificuldade financeira. As entidades presentes revelaram preocupação com a possibilidade de desregulamentação dos planos de saúde familiares e individuais, como as medidas de reajustes de preços.

“As operadoras de planos de saúde se beneficiaram dessa lacuna da diferença regulatória entre os planos individuais e os coletivos. Devemos estar conversando sobre a regulamentação dos planos coletivos, e não da desregulamentação dos individuais”, comentou Lucas Dohmen, representante da Associação Brasileira de Defesa de Beneficiários de Planos de Saúde (ABDB).

Para Carolina Nadaline, presidente da União de Mulheres Autistas, Neurotípicas e Apoiadores (Umana), a ANS tenta apressar a conversa. “O que nós temos com esses planos coletivos é uma ‘Black Friday’ dos planos de saúde, com planos mais baratos, mas sem suporte nenhum. Agora, a ANS quer colocar todos os planos na mesma normativa, mas não dá para avaliar questões complexas de forma tão apressada”, disse.

As medidas ainda preveem a possibilidade de vendas de contratos de planos de saúde de forma remota, o que facilitaria o acesso dos consumidores a “diferentes opções de produtos de forma rápida”. Segundo a ANS, os planos coletivos também poderão ser ampliados, pois, atualmente, são compostos de até 29 beneficiários. Outra medida são os planos ambulatoriais, ou “cartões desconto”, em que há apenas consultas e exames, sem internação ou procedimentos complexos. “Sabemos que há cerca de 60 milhões de pessoas usando cartões de desconto, que são produtos baratos, sem qualquer tipo de regulação e fiscalização. É a forma como essas pessoas encontraram de ter acesso aos serviços de saúde. A proposta de rever as regras dos planos exclusivamente ambulatoriais é dar a esses consumidores a possibilidade de terem planos de saúde com preços mais baixos, regras claras e coberturas garantidas”, disse o diretor-presidente da ANS, Paulo Rebello.

*Estagiários sob a supervisão de Rosana Hessel

TRABALHO ESCRAVO

Cantor Leonardo entra em lista suja

» RAPHAELA PEIXOTO
» JOÃO RIBEIRO*

O nome do cantor Leonardo, registrado como Emival Eterno da Costa, foi inserido no Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, mais conhecida como lista suja do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O documento foi atualizado nesta segunda-feira (7/10) por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Segundo o MTE, nessa nova edição, foram incluídos 176 nomes.

A inserção de Leonardo na listagem ocorreu após uma fiscalização realizada pelo MTE na fazenda Talismã, em Jussara (GO), região noroeste de Goiás. De acordo com o documento divulgado nesta segunda-feira, foram encontrados seis trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Em resposta ao **Correio**, a assessoria do cantor afirmou que se trata de funcionários de outra pessoa que arrendou parte da propriedade para o plantio de soja. Ela também informou que o caso já foi resolvido pela Justiça.

As atividades econômicas com maior número de registros incluem a produção de carvão vegetal, com 22 empregadores (sendo 12 provenientes de florestas plantadas e 10 de florestas nativas), a criação de gado bovino (17), a extração mineral (14) e o cultivo de café e construção civil, ambos com 11 empregadores.

De acordo com informações do ministério “a inclusão de pessoas físicas ou jurídicas no cadastro de empregadores ocorre somente após a conclusão do processo administrativo que julga o auto específico de trabalho análogo à escravidão, resultando em uma decisão administrativa irreversível de procedência. Importante destacar que, mesmo após a inserção no cadastro, conforme estipulado pelo artigo 3º da Portaria Interministerial que o regulamenta, o nome de cada empregador permanecerá publicado por um período de dois anos”.

Após a divulgação da lista do MTE, o cantor Leonardo publicou um vídeo nas redes sociais se defendendo das acusações. Na

Redes Sociais



Nas redes, artista nega envolvimento na listagem do Ministério do Trabalho e afirma ser “equivoco”

postagem, o cantor sertanejo disse estar “triste e surpreso” com a decisão. Ele contou que recebeu uma visita do Ministério Público na fazenda Lakanka — onde é proprietário e a qual foi arrendada — e ter recebido uma multa, que teria sido paga e arquivada. “Até aí, a gente respeita o

Ministério Público e tudo mais, mas essa multa para mim. A gente acertou tudo, inclusive já está arquivada. Já foi tudo acertado, pagamos a multa”, disse.

“Não conheço quem estava lá naquelas casinhas, nem quem os colocou lá, porque, gente, eu já plantei tomate. Eu sei como é a

vida, é difícil, e do fundo do meu coração, jamais faria algo assim, entenderam?”, completou. Para o cantor, há um equívoco sobre a atuação dele. “Eu não me misturo nessa lista que eles fizeram de trabalho escravo, sou totalmente contra esse tipo de coisa”, afirmou no vídeo.